

# Mosquito já matou 14 em 48 dias

Fernando Frazão/Agência Brasil

Gabriel Soares

Mato Grosso enfrenta um aumento alarmante nos casos de arboviroses transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, com um saldo preocupante de 14 mortes confirmadas nos primeiros 48 dias de 2025. Outras 12 mortes estão em investigação. O número de casos de dengue e chikungunya já supera 15 mil no estado, o que levou a Secretaria de Estado de Saúde (SES) a emitir um alerta devido à intensificação de medidas preventivas. Somente neste ano, já são 5.391 casos confirmados de dengue e 10.020 de chikungunya. Em comparação, ao longo de todo o ano de 2024, foram registrados 40 mil casos de dengue e 21.373 de chikungunya. Ou seja, em apenas 48 dias foram registrados quase 25% dos casos do ano passado. O aumento expressivo preocupa as autoridades de saúde, que reforçam a importância do combate aos criadouros do mosquito. A chikungunya, que não havia registrado mortes em 2024, já contabiliza 13 óbitos em 2025, com sete casos ainda sob análise. A

dengue, por sua vez, já tem uma morte confirmada e cinco em investigação. A SES alerta que ambas as doenças podem evoluir para quadros graves, tornando essencial a prevenção e o diagnóstico precoce. Essa batalha contra o mosquito só será vencida com o empenho e a conscientização de toda a sociedade. Também é preciso que a população esteja atenta aos sintomas e busque atendimento médico”, alertou o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo. **PREVENÇÃO E VACINA** - Entre as medidas preventivas, a SES reforça a importância de manter quintais limpos, tampar caixas d’água, descartar lixo corretamente, limpar calhas e evitar o acúmulo de suca e entulho. O uso de repelente também é recomendado, principalmente para crianças e idosos. Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza a vacina contra a dengue para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos. “Estamos em um momento de alerta para as arboviroses. É preciso



que a população esteja consciente das atitudes que colaboram para o controle dos casos, como a limpeza dos quintais e de locais onde possam ter água acumulada. Além disso, o uso de repelente também é uma medida de prevenção a essas doenças, que nas suas formas graves podem levar ao óbito”, disse a superintendente de

Vigilância em Saúde da SES, Alessandra Moraes. Para facilitar o monitoramento da situação no estado, a SES lançou o Painel Arboviroses, uma plataforma online que permite acompanhar, em tempo real, os números de casos prováveis e confirmados de dengue, zika e chikungunya nos municípios mato-grossenses.

## SAIBA IDENTIFICAR

**DENGUE:** caracteriza-se por febre alta (acima de 38°C) de início súbito, dores musculares intensas, dor de cabeça, dor atrás dos olhos e, em alguns casos, manchas vermelhas na pele. Em situações mais graves, pode evoluir para dengue grave, com risco de vida.

**ZIKA:** apresenta febre baixa ou ausência de febre, erupções cutâneas (manchas vermelhas) acompanhadas de coceira intensa, conjuntivite sem secreção e dores nas articulações. Embora geralmente seja uma doença autolimitada, a infecção por zika durante a gestação pode causar microcefalia e outras malformações no feto.

*\*Com informações da assessoria*

## POUCAS DOSES

# Sem estoque, VG não amplia faixa etária da vacina contra a dengue

Da redação

Várzea Grande não adotará, pelo menos neste momento, a recomendação do Ministério da Saúde para ampliar a faixa etária da vacinação contra a dengue, em razão de ter poucas doses do imunizante. O Município aguarda o envio de novas remessas das doses, previstas para o mês de março. O imunizante, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é voltado para crianças e adolescentes com idade entre 10 a 14 anos. Porém, o Ministério da Saúde, editou na semana passada, nota técnica para que todos os estados – mais o Distrito Federal – que possuam estoques da vacina, com prazos de validade próximos do vencimento, ampliem as faixas etárias para receber as doses. “Esse caso não se aplica a Várzea Grande, uma vez que realizamos, ainda no mês de janeiro, um alerta aos pais para que levassem seus filhos para serem imunizados contra a dengue, porque o Município vem enfrentando uma onda de epidemia de arbovírus. Hoje contamos com poucas doses, por isso, estaremos priorizando as faixas etárias de 10 a 14 anos”, informou a gerente de Vigilância Epidemiológica, Alessandra Carreira.



Gilberto Leite

Conforme a gerente, a grande procura pela vacina resultou numa baixa das doses, por isso, a determinação é continuar priorizando a faixa etária entre 10 a 14 anos. **LOCAIS DE VACINAÇÃO** - As unidades de saúde dos bairros Construmat, Manga, Unipark, Maringá e Eldorado estão com doses disponíveis da vacina contra a dengue. O atendimento ocorre o dia todo. Já nas unidades de saúde dos bairros Cristo Rei, São Mateus, Água Limpa e Marajóara, também têm vacinas

contra a dengue, porém, nesta terça-feira, o atendimento será apenas no período da tarde. **MEDIDAS** - Aliada à vacinação, Alessandra Carreira, também destacou a importância de a população manter os cuidados de higiene no combate ao mosquito, limpando os seus terrenos, caixas d’água e utensílios que possam acumular água. “Esses locais são propícios para a proliferação do mosquito”, destacou. O recebimento da visita dos agentes de en-

demias também é muito importante. “É essencial que os moradores deixem esses profissionais entrarem nas casas para ajudar neste trabalho de combate às arboviroses, e esse é um trabalho de rotina e ocorre o ano todo. A participação desses profissionais é essencial nessa batalha contra o mosquito. Temos também uma lei que autoriza a entrada dos agentes de endemias em caso de não ter acesso a lugares, como casas vazias e ou abandonadas”.

# Michel Temer defende acordo pela anistia

Da redação

O ex-presidente Michel Temer defende que o Congresso Nacional tem legitimidade para tratar da anistia para condenados pelos atos antidemocráticos no dia 8 de janeiro de 2023, mas sugere que o ideal seria evitar um conflito entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Para isso, ele propõe que o próprio STF module os efeitos das penas por meio de uma decisão judicial. A declaração foi feita na terça-feira, 18 de fevereiro, durante o Encontro Mato-grossense de Municípios, no CENARUM Rural, em Cuiabá. Temer mencionou o caso de condenações com penas de 16 e 17 anos e fez referência ao Direito Penal, onde, após cumprir um sexto da pena e demonstrar bom comportamento, já pode haver livramento condicional. Ele sugere que o STF poderia suavizar ou ajustar essas penalidades por meio de uma modulação, o que poderia ser uma alternativa à anistia via Congresso. “Agora, no particular, nessa questão da anistia [...] o ideal dos ideais, para não haver conflito entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, é que o próprio Supremo Tribunal Federal fizesse uma modulação dos efeitos dessas combinações [...] eu tenho falado disso com muita frequência, e tomei a liberdade até de conversar com o ministro do Supremo Tribunal Federal, eu acho que se houver essa provocação perante o Supremo, não é improvável que o pró-

prio Supremo faça uma modulação dessas penalidades”, disse o ex-presidente. Michel reconhece a gravidade dos atos de 8 de janeiro, mas demonstra preocupação com o cálculo do tempo das penas, recebendo muitas demandas em seu escritório sobre o assunto. “[...] o 8 de janeiro foi uma coisa muito infeliz para o nosso país, porque afinal houve uma agressão muito significativa não apenas aos prédios. A agressão ao prédio é uma coisa, é uma agressão aos poderes do Estado. E por isso que a punição era fundamental”, declarou. Com essa possibilidade de mudança excepcional através do STF, outro tema foi levantado, e ao ser questionado sobre a proposta de mudança na Lei da Ficha Limpa, Temer, que foi presidente da Câmara dos Deputados quando a lei foi aprovada, disse que a mudança visa reduzir o período de inelegibilidade de 3 a 8 anos para apenas 2 anos, e em sua opinião, deverá ser analisada pelo governo nacional, com o Supremo Tribunal Federal tendo um papel crucial na decisão final. Temer sugere que a solução ideal seria uma manifestação do STF sobre o assunto, o que poderia influenciar o Congresso a decidir se a redução do período de inelegibilidade é realmente necessária. Ele deixou claro que, caso o Supremo se pronuncie sobre a questão, a lei da Ficha Limpa pode precisar ser modificada.







**REGALIAS NOS PRESÍDIOS**

**Estado tenta reverter decisões judiciais e conseguir autorização para dar continuidade ao projeto de repressão ao crime organizado**

# Governo recorre contra mercadinhos



Gilberto Leite

Segundo Garcia, governo tem expectativa positiva de reverter decisões que permitiram mercadinhos

**Da redação**

O secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, afirmou que o Governo já recorreu ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para derrubar as decisões de primeira instância que proibiram o fechamento de mercadinhos em penitenciárias do Estado. A expectativa é reverter essas decisões e conseguir autorização para dar continuidade ao projeto de repressão ao crime organizado nos presídios estaduais. A declaração foi dada durante o Encontro Mato-grossense de Municípios, nesta terça-feira, 18 de fevereiro.

“Vamos ver o que o Tribunal de Justiça decide e, depois dessa decisão, voltamos a falar. Mas hoje a posição do Governo é como foi

no projeto encaminhado para a Assembleia Legislativa e no veto encaminhado pelo governador, a posição do Governo é pelo fim dos mercadinhos no sistema prisional mato-grossense”, declarou Garcia.

Recentemente, o Governo regulamentou o sistema penitenciário de Mato Grosso e vetou uma emenda incluída pelos deputados estaduais durante a tramitação do texto, que autorizava o funcionamento de mercadinhos nos presídios. O governador Mauro Mendes (União Brasil) argumenta que os estabelecimentos são administrados pelo crime organizado, servindo de arrecadação de receitas para as facções criminosas.

A medida foi criticada por parlamentares e pelo desembargador Orlando

Perri, do TJMT, responsável por acompanhar o sistema penitenciário. Ele alega que os mercadinhos suprem falhas do Estado no fornecimento de produtos, principalmente em relação a quês de higiene pessoal. O Estado, porém, nega as afirmações e alega atender a todas as necessidades dos criminosos detidos, tal qual determina a lei.

Após o texto ser sancionado, juízes de primeira instância começaram a emitir decisões judiciais proibindo o fechamento dos mercadinhos ou determinando sua reabertura, nos casos em que o estabelecimento já havia sido encerrado. Os magistrados citam que a existência desses mercadinhos já está prevista na Lei de Execução Penal, de vigência nacional.

**MOBILIDADE URBANA**

## "BRT não resolve problema de Cuiabá", diz Wilson

**Da redação**

O deputado Wilson Santos (PSD) destacou a necessidade urgente de um plano viário mais amplo do que o projeto do BRT, que apesar de ser uma opção, não resolve o fluxo de tráfego da cidade de forma definitiva. Segundo ele, Cuiabá possui mais de 400 mil veículos transitando 24 horas por dia e necessidade de algo muito mais ousado e abrangente. A declaração foi dada à imprensa na manhã desta quarta-feira, 19 de fevereiro.

Segundo Wilson, concentrar esforços apenas nessa solução seria como aplicar uma “acupuntura urbana”. Para o parlamentar, a cidade

precisa de algo muito mais abrangente, que incluía a criação de novas avenidas, alargamentos, a conclusão do contorno leste, túneis e viadutos.

Com o rápido crescimento de cidades nas últimas décadas, ele acredita que, apesar da conclusão das obras do BRT, isso não resolverá a questão do trânsito e dos engarrafamentos constantes.

“A região metropolitana de Cuiabá precisa muito mais do que a conclusão do BRT. Vai concluir o BRT e os engarrafamentos continuarão acontecendo. Nós teremos permanentemente problemas de acidentes. A cidade cresceu muito. Cuiabá hoje e Várzea Grande, juntas

tem 1 milhão de habitantes, 400 mil veículos e somente o BRT não é a solução definitiva. É preciso um plano viário muito maior do que o BRT”, explicou Wilson.

Ao ser questionado sobre os custos do BRT, ele comentou que é difícil afirmar se o valor final para a conclusão do BRT será o mesmo, ou maior, do que o VLT. Ele explicou que, em 2016, a conclusão do VLT estava orçada em R\$ 900 milhões, contudo, com a operação Descarrilho, a negociação acabou sendo interrompida.

Ele defendeu que, apesar das discussões sobre o BRT, uma visão mais abrangente sobre a questão do tráfego é necessária, pois a última grande

obra viária em Cuiabá foi a construção da Avenida das Torres, em 2010.

“A minha posição é o seguinte, é preciso enxergar maior. A questão do BRT é muito menor do que o que o Cuiabá e Várzea Grande precisam [...] a última avenida feita em Cuiabá foi feita em 2010, que foi a Avenida das Torres. Tem 15 anos que isso não tem uma nova opção, uma nova avenida da cidade. E imagina o que aumentou de veículos em Cuiabá, nos últimos 15 anos”, disse.

Para ele, o plano viário precisa ser muito mais abrangente para garantir que Cuiabá e Várzea Grande enfrentem os desafios dessa nova realidade urbana.



Gilberto Leite

Segundo Wilson, Cuiabá precisa de plano mais abrangente, que incluía a criação de novas avenidas

**REVOGAÇÃO DA TAXA DE LIXO**

## Câmara devolve PL à Prefeitura para ajustes

**Da redação**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara Municipal de Cuiabá devolveu o projeto que revoga a Taxa do Lixo para a Prefeitura complementar informações faltantes. Segundo a presidente da comissão, a vereadora e primeira-dama Samantha Iris (PL), o projeto deve voltar ainda esta semana para ser analisado. Ela falou com a imprensa na quinta-feira, 20 de fevereiro.

“Foi para o sanamento de documentações que não ficaram claras. São coisas pequenas, mas são só questões técnicas mesmo. Até por conta do próprio momento que o município vive da questão de calamidade financeira. Acredito que mais por uma questão e esclarecimento que quando chegar ao plenário a gente consiga ter uma base sólida de discussão”, falou a vereadora.

Na quarta-feira (20), a comissão se reuniu para analisar 14 pautas. Entre elas, vetos do Executivo e projetos de lei. Participaram da reunião os vereadores Samantha Iris (PL), Daniel Mon-

teiro (Republicanos) e Marcrean Santos (MDB). A Comissão pediu mais informações à Prefeitura e requisitou a entrega de outros documentos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa nova documentação precisa ser anexada ao projeto para ser novamente analisada pela CCJR.

O projeto também vai precisar passar pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO), formada pelos

vereadores: Ilde Taques (PSB), Samantha Iris (PL) e Alex Rodrigues (PV).

**FONTE DE RECURSOS**

Conforme o projeto apresentado pelo prefeito, os serviços serão financiados por meio das seguintes fontes:

I – Receitas oriundas de contratos de coleta de lixo de grandes geradores, conforme previsto no art. 7º, §2º, da Lei Ordinária nº. 364, de 26 de dezembro de 2014;

II – Ações voltadas à redução de despesas re-

lacionadas aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, com foco na eficiência no uso dos recursos públicos e a redução de desperdícios;

III – Receitas de subvenções e de transferências financeiras do Estado de Mato Grosso e da União para apoio aos sistemas municipais;

IV – Parcerias Público-Privadas (PPP's);

V – Receitas acessórias oriundas da comercialização de materiais recicláveis, resíduos orgânicos e outros subprodutos;

VI – Outras fontes permitidas por lei, que assegurem a viabilidade econômico-financeira sem afetar a capacidade contributiva dos municípios.

Durante seu discurso na abertura dos trabalhos da Câmara, o gestor disse que tem apoio unânime dos parlamentares para aprovar o projeto.

“Estamos protocolando o projeto que revoga a taxa do lixo. Como prometido, vamos acabar com essa cobrança injusta. E acredito que teremos apoio praticamente unânime dos parlamentares”, declarou.



Gilberto Leite

Comissão pediu mais informações à Prefeitura e requisitou a entrega de outros documentos



LEI CONTRA MORATÓRIA

Atendendo a pedido do Governo do Estado, ministro tenta realizar audiência de conciliação sobre a Moratória da Soja em Mato Grosso

Dino suspende julgamento no STF

Gustavo Moreno/STF

Gabriel Soares

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou da pauta de julgamento a medida cautelar que suspendeu a Lei Estadual 12.709/2024, conhecida como a 'Lei Anti-Moratória da Soja'. A decisão foi tomada na quinta-feira, 20 de fevereiro, após um pedido do Governo de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para a realização de uma audiência de conciliação entre as partes envolvidas.

Na decisão, Flávio Dino determinou que os partidos autores da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7774 - PCdoB, PSOL, PV e Rede Sustentabilidade - se manifestem sobre a proposta de conciliação no prazo de cinco dias.

"Determino a intimação das partes autoras para que se manifestem sobre o pedido de designação de audiência

de conciliação, no prazo comum de cinco dias", escreveu Dino.

Sancionada pelo governador Mauro Mendes em outubro de 2024, a lei impede a concessão de incentivos fiscais para empresas signatárias de acordos comerciais que causem prejuízos à produção agropecuária em Mato Grosso. O objetivo do governo estadual é combater a Moratória da Soja, acordo comercial firmado por empresas exportadoras de soja que punia até mesmos os fazendeiros que agiam dentro da lei ao abrir terras na área de Amazônia Legal.

**APROSOJA E AL DEFENDEM LEI** - A retirada da pauta ocorreu um dia após a mobilização da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) e da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) no STF. O presidente da Aprosoja, Lucas Costa Beber, e o presidente da ALMT, Max Russi (PSB), esti-

veram em Brasília na quarta-feira (19) para defender a constitucionalidade da lei.

A comitiva, composta também por outros parlamentares, se reuniu com Flávio Dino para apresentar argumentos sobre os impactos negativos da Moratória da Soja para a economia mato-grossense. A Aprosoja argumenta que a política prejudica produtores locais, limita a produção agrícola e amplia desigualdades regionais.

"Estivemos no STF para falar sobre a constitucionalidade da lei proposta pelo deputado Gilberto Cattani e outros parlamentares da ALMT. Discutimos os impactos negativos da Moratória para Mato Grosso e saímos confiantes de que avançaremos nessa conversa para garantir justiça para os produtores e para a economia do estado", afirmou Lucas Beber.

O presidente da Assembleia reforçou o



Dino intimou partidos para se manifestarem sobre possibilidade de conciliação

apoio do parlamento estadual à legislação.

"Estivemos em Brasília para defender os interesses dos produtores rurais do nosso estado. A reunião foi extremamente produtiva, e o ministro Flávio Dino assumiu o compromisso

de mediar uma conciliação entre os governos de Mato Grosso e do Pará, estado que também tem tido dificuldades com a Moratória da Soja. Estamos todos unidos em defesa de um dos pilares mais importantes da nossa econo-

mia: o agronegócio", disse Max.

A Aprosoja Mato Grosso segue acompanhando as tratativas e reafirmou seu compromisso com a defesa dos produtores e do desenvolvimento econômico do estado.

PLANO SAFRA

'Produtor não pode ser penalizado'

Gabriel Soares

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) criticou duramente a suspensão dos financiamentos do Plano Safra 2024/2025, anunciada pelo governo federal na última quinta-feira, 20 de fevereiro. Para a entidade, a decisão gera insegurança para os produtores rurais e pode comprometer não apenas a produção agrícola, mas também a economia nacional e a segurança alimentar do país.

Em nota à imprensa, a Aprosoja destacou que o crédito rural é essencial para garantir a continuidade da produção no campo.

"O impacto não se limita apenas ao campo. A falta de crédito pode refletir diretamente no abastecimento interno, influenciando o preço dos alimentos e pressionando a inflação. Soja e milho são insumos essenciais para a cadeia produtiva de proteínas, e qualquer dificuldade na produção desses grãos afeta diretamente o preço da carne, do leite e dos ovos, prejudicando toda a população, especialmente as famílias de menor renda", diz a nota.

Conforme o governo, a suspensão se deu devi-

do à falta de recursos no Orçamento para cobrir a equalização das taxas de juros. O Orçamento de 2025 ainda não foi aprovado pela Câmara dos Deputados, o que impede o uso de recursos deste ano para renovação do programa.

A Aprosoja alerta que a falta de crédito pode levar muitos produtores a reduzir a área plantada e atrasar investimentos em tecnologia, impactando diretamente a produtividade. Além disso, a escassez de recursos pode afetar o abastecimento interno de grãos como soja e milho, aumentando os preços dos alimentos e pressionando a inflação.

"Isso é ainda mais premente quando se considera que, apesar de falar em diminuição de preços dos alimentos, o governo tem adotado políticas que aumentam a inflação, criando um cenário contraditório que não fecha a conta", pontuou a entidade.

Outro ponto destacado pela entidade é o risco que a suspensão dos financiamentos representa para a posição do Brasil no mercado internacional. O agronegócio é um dos pilares da economia nacional e responde por grande parte

do superávit comercial do país.

"O agronegócio brasileiro é um dos principais responsáveis pelo superávit comercial do país, e a insegurança gerada pela falta de previsibilidade nos financiamentos pode afastar investidores, reduzir a competitividade dos produtores e abrir espaço para concorrentes em mercados estratégicos", afirma a nota.

Diante da crise gerada pela suspensão do Plano Safra, a Aprosoja exige uma solução imediata do governo federal para evitar danos irreversíveis ao setor produtivo. A entidade reforça que continuará mobilizada para defender os interesses dos produtores e buscar alternativas que garantam a continuidade do crédito rural no país.

"Os produtores rurais não podem ser penalizados por decisões que desconsideram a importância do setor para o país. A retomada dos financiamentos do Plano Safra é urgente para garantir que o Brasil continue sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo e para assegurar que a população tenha acesso a produtos de qualidade a preços justos", finalizou.



Gilberto Leite

Conforme a pesquisa, 1 em cada 4 restaurantes estava operando com prejuízo em janeiro

CONTENÇÃO DE GASTOS

Bares e restaurantes seguram contratações para o Carnaval

Da redação

O Carnaval deste ano promete ser positivo para o setor de bares e restaurantes, com 69% dos empresários projetando aumento no faturamento em relação ao ano passado. No entanto, mesmo diante de um cenário otimista, a maioria dos estabelecimentos optará por uma postura conservadora: 66% afirmam que não vão contratar funcionários temporários e trabalharão com o quadro atual de colaboradores.

Para Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel, essa cautela reflete um agravamento da situação financeira dos negócios no início deste ano. "Os resultados da nossa pesquisa mostraram que, em janeiro, o número de empresas operando em prejuízo cresceu, assim como a taxa de endividamento. Com isso, é natural que os empresários optem por segurar gastos para evitar riscos e tentar minimizar os lucros durante o Carnaval", explica.

Uma pesquisa realizada pela Abrasel revela

que a situação financeira das empresas se agravou no início deste ano. Em dezembro de 2024, 18% dos estabelecimentos operavam com prejuízo, percentual que subiu para 25% em janeiro de 2025. O número de empresas operando com lucro também caiu, indo de 44% para 36%, enquanto aquelas que conseguiram manter o equilíbrio financeiro oscilaram de 37% para 38%.

"O aumento no número de empresas operando no vermelho é um alerta, especialmente com os custos operacionais cada vez mais elevados. Muitos empresários têm enfrentado dificuldades para ajustar suas finanças de maneira eficaz, e o foco no Carnaval será justamente tentar equilibrar esse cenário desafiador", afirma Solmucci.

**INFLAÇÃO E ENDIVIDAMENTO** - Além da baixa intenção de contratação temporária para o Carnaval, os empresários também demonstram cautela em relação ao primeiro semestre de 2025. Segundo a pesquisa, 65% pretendem manter o quadro

atual de empregados até junho, enquanto apenas 19% preveem aumento na equipe e 16% consideram reduzi-la.

Outro desafio enfrentado pelo setor é o reajuste de preços do cardápio. Com o aumento nos custos operacionais, 32% das empresas relatam que não estão conseguindo repassar os valores ao consumidor. Outros 36% conseguiram reajustar os preços apenas para acompanhar a inflação, enquanto 23% os aumentaram abaixo desse índice.

A pesquisa também apontou que o nível de endividamento segue alto entre os estabelecimentos. Cerca de 40% das empresas têm pagamentos em atraso, sendo os principais débitos relacionados a impostos federais (67%), estaduais (46%) e empréstimos bancários (39%).

"Apesar dos desafios, o Carnaval traz a expectativa de um respiro para os negócios. Esperamos que o aumento no movimento ajude os estabelecimentos a equilibrar as contas e iniciar o ano com mais fôlego", conclui Solmucci.



Divulgação/CNA

Para a entidade, a decisão pode comprometer não apenas a produção agrícola, mas também a economia nacional